



Município de Palmela
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 01/2007:

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2007:

No dia dez de Janeiro de dois mil e sete, pelas dezassete horas e vinte minutos, no edifício dos Paços do Concelho e respectiva Sala das Sessões, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores José Justiniano Taboada Braz Pinto, Octávio Joaquim Coelho Machado, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Carlos Matias de Sousa.

A Sr.^a Vereadora Adília Maria Prates Candeias não se encontrava presente, por estar de férias.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DA SR.^a PRESIDENTE:

1. Ano Novo:

A Sr.^a **Presidente** cumprimenta os Srs. Vereadores, Técnicos e Jornalistas presentes.

Começa por referir, que sendo esta a primeira reunião de 2007, queria desejar a todos votos de bom ano, com muita saúde e sucessos pessoais e profissionais.

2. Calendário das reuniões de Câmara em Janeiro e Fevereiro.2007:

A Sr.^a **Presidente** informa que o calendário das reuniões de Câmara para os meses de Janeiro e Fevereiro é o seguinte:

- Dias 10 (reunião de hoje) e 24.Janeiro e dias 07 e 22.Fevereiro.
- Prevê-se que no mês de Fevereiro se realize uma reunião extraordinária para apreciação da *nova estrutura orgânica da Câmara Municipal* que se realizará em

14. Fevereiro, às 15 horas (sujeita a confirmação), podendo, caso seja necessário, serem incluídos outros pontos nesta reunião

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ BRAZ PINTO:

1. Ano Novo:

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** saúda os presentes.

Deseja que o ano de 2007 seja melhor do que foi o ano de 2006, embora as perspectivas não sejam muito animadoras.

2. Lei das Finanças Locais:

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** refere não ser com muita satisfação que vai intervir sobre o tema *Lei das Finanças Locais*, uma vez que esta lei vem causar maiores dificuldades. O **Sr. Vereador José Braz Pinto** estranhou que a Sr.^a Presidente não tivesse dado informação sobre a promulgação da Lei das Finanças Locais. Mas é com agrado que verifica que esta *lei* não foi declarada inconstitucional. O Tribunal Constitucional declarou a sua constitucionalidade e parece-lhe que sem grande ambiguidade, sendo que são treze Juízes, a votação foi com 10 votos a favor e 3 contra.

Acrescenta que os Vereadores Socialistas não ficam satisfeitos pela lei ir para diante, porque esta vai obrigar a grandes contenções, mas ficam satisfeitos por na sua elaboração não ter sido verificada nenhuma inconstitucionalidade.

3. Exposição vitivinícola:

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** refere que de 11 a 13 de Janeiro vai decorrer em Lisboa uma exposição vitivinícola muito importante, chamada Enovite, onde certamente Palmela estará representada, não institucionalmente, mas através dos seus agentes económicos. Julga não estar enganado ao afirmar que esta é a terceira exposição vitivinícola mais importante da Europa. A primeira realiza-se em Bordéus (França), a segunda realiza-se em Itália e classificada em terceiro lugar fica esta exposição que ocorre em Lisboa.

Várias questões – Frequesias do concelho:

a. Situação geográfica da G.N.R. de Palmela (freguesia de Palmela):

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** refere que se deslocou à rua onde se localiza o quartel da G.N.R. em Palmela, e onde se localiza igualmente o Centro Social. A sua passagem na rua coincidiu com a entrada e saída das crianças, gerando-se um engarrafamento de grande dimensão que originou estar parado cerca de quarenta e cinco minutos. Se esse momento coincidisse com um roubo ou um acidente em que a G.N.R.

tivesse necessidade de se deslocar, tal seria impossível. Este assunto deve ser da preocupação de todos. É preciso encetar medidas no sentido de resolver a situação geográfica da G.N.R. de Palmela que é extremamente dramática.

b. Rotunda entre Aires e Padre Nabeto (freguesia de Palmela):

O Sr. Vereador José Braz Pinto refere que este assunto já foi por si apresentado em mais do que uma ocasião: a situação da rotunda entre Aires e Padre Nabeto possui um raio de curvatura extremamente exíguo para permitir a passagem dos autocarros.

Constata que no local há uma sementeira de eixos verticais, que está convencido serem suportes da futura sinalização vertical que lá vai ser instalada. Mas há também outros postos verticais que alargam o diâmetro na sua base e indiciam claramente serem candeeiros de iluminação.

A sua questão é saber se vai haver obras na rotunda para lhe aumentar o raio de curvatura. Pergunta se havendo intervenção na rotunda para lhe aumentar o raio de curvatura porque se vão implantar, neste momento, os candeeiros. Só vê uma lógica na colocação dos candeeiros, que é o facto de estar absolutamente posta de parte o alargamento da rotunda.

Não vê de agrado que se tenha naquele local uma rotunda que não serve os objectivos.

c. Troço de ligação entre a Rua de Olivença e Rua Gil Eanes (freguesia de Quinta do Anjo):

O Sr. Vereador José Braz Pinto refere que fica muito apreensivo quando verifica que executaram passeio, lancil e guardas metálicas no troço de ligação entre a Rua de Olivença e a Rua Gil Eanes, em Quinta do Anjo, exactamente no local que vai ser atravessado pela tal via estruturante que tanta discussão e polémica está a levantar. Pergunta se estamos a construir para depois destruir. Não consegue perceber o alcance do que está a ser feito.

d. Terreno doado para uma Casa de Repouso (freguesia de Poceirão):

O Sr. Vereador José Braz Pinto pergunta quais as perspectivas que há em termos de tempo e de utilidade, relativamente à desanexação do terreno doado para uma casa de repouso, localizada imediatamente a seguir à passagem de nível (Poceirão). A sua visão é de que aquele é o pior local para se fazer uma casa de repouso, devido ao barulho dos comboios que ali passam.

Efectivamente está anunciado à população a construção de uma casa de repouso num terreno doado pelo Sr. Marcolino Miguel. O certo é que para doar o terreno é

necessário fazer a desanexação do mesmo. Gostaria de saber em que estado é que está esta desanexação.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR OCTÁVIO MACHADO:

1. Projecto de Rastreios de Saúde:

O Sr. Vereador Octávio Machado dá as boas tardes à Sr.ª Presidente, Srs. Vereadores, Técnicos, Municípes e Membros da Comunicação Social.

O Sr. Vereador Octávio Machado refere a título de informação que os rastreios de saúde iniciaram-se no Bairro Margaça, seguiu-se o Mercado do Poceirão e posteriormente a zona de Fernando Pó. Trata-se de uma experiência nova no concelho.

A experiência tem-se revelado extremamente interessante. A informação tem circulado e as pessoas demonstraram adesão ao projecto. O principal objectivo é a promoção e prevenção da saúde. Este projecto vai dar um contributo extremamente importante para a melhoria dos cuidados de saúde em termos primários no concelho. Está ciente que este projecto vai contribuir para aquilo que é actualmente uma das grandes faltas de resposta no concelho em termos de saúde.

Salienta a grande disponibilidade dos agentes envolvidos: Corporações de Bombeiros, Centro de Saúde e Pessoal de Enfermagem.

Seria injusto não se referir ao empenhamento dos trabalhadores desta Autarquia: D. Mariana e Dr.ªs. Alexandra Silva e Fernanda Rôlo.

2. Intervenção do Sr. Vereador José Braz Pinto sobre a situação geográfica da G.N.R. de Palmela / Tribunal de Palmela:

O Sr. Vereador Octávio Machado refere-se à intervenção do Sr. Vereador José Braz Pinto sobre a localização do quartel da G.N.R. de Palmela.

Aquando da discussão do orçamento foi bastante claro quando abordou a temática das oportunidades perdidas para o concelho. Está também nesta situação o Tribunal de Palmela, pois embora esteja criada a Comarca de Palmela, não vai haver hipóteses de a ter a funcionar proximamente.

É extremamente penalizante para o concelho em termos de criação de mais valias e em termos de atrair mais pessoas para este território.

Relativamente à G.N.R., refere que o Comando Territorial Independente de Palmela está criado há muitos anos e a todos agradaria ter uma voz a nível de comando, ter uma brigada de intervenção criminal, uma brigada de intervenção ambiental, uma Escola Segura só para o Concelho, que actualmente está dependente do Comando de Setúbal.

Embora estes projectos estejam dependentes de decisão por parte do Poder Central, todos se devem empenhar em saber para quando a concretização dos mesmos.

Quanto à G.N.R. refere que cada dia é mais complicado desempenhar as funções como deve ser por parte daqueles Agentes, que apesar da sua vontade e da sua disponibilidade, como é óbvio não possuem condições de mobilidade conforme o Sr. Vereador José Braz Pinto referiu. Sobre esta matéria gostaria de saber que *démarches* estão a ser feitas.

3. Protecção Civil – segurança de pessoas e bens / socorro de pessoas:

O Sr. Vereador Octávio Machado refere-se a uma informação que a todos deve deixar satisfeitos, porque tem sido uma das áreas em que a Autarquia mais investimento tem feito: a área da Protecção Civil – segurança de pessoas e bens -.

Na última programação de segurança, no período do Natal e da passagem de ano, foi feito mais um dispositivo nacional que contou com a intervenção dos Bombeiros, mas em particular um dispositivo que contou com os Bombeiros Voluntários de Palmela e de Águas de Moura.

No Lisboa – Dakar (julga que é uma prova de confiança ao mais alto nível), foram igualmente feitos planos de segurança e socorro, que contaram com os Bombeiros de Palmela e Águas de Moura que estiveram, mais uma vez, fora de Palmela nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola na segurança do Lisboa – Dakar.

4. Plataforma logística:

O Sr. Vereador Octávio Machado refere que tem sido abordado por pessoas que querem programar as suas vidas em relação ao futuro sobre a implantação da plataforma logística. A informação que circula não é muito clara e as pessoas pretendem projectar as suas vidas no sentido de aproveitar o desenvolvimento que se prevê.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ CARLOS DE SOUSA:

Ano Novo:

O Sr. Vereador José Carlos de Sousa saúda a Sr.^a Presidente, Srs. Vereadores, Técnicos, Jornalistas e Munícipes.

Deseja a todos um bom ano de 2007, fortemente convicto que será melhor que o ano anterior. É preciso partir sempre da perspectiva do optimismo.

Várias questões (freguesia de Pinhal Novo):

a. Colocação de lombas (freguesia de Pinhal Novo):

O Sr. Vereador José Carlos de Sousa refere que numa anterior reunião o Sr. Vereador José Charneira explicou que as lombas executadas no concelho, nomeadamente

em Pinhal Novo, na Rua 25 de Abril, Rua Bartolomeu Dias, Aceiro do Costa e Rua da Lagoa da Palha teriam de passar de doze centímetros para sete centímetros.

Na reunião de Câmara em que este assunto foi abordado o Sr. Vereador José Charneira usou o termo de que esta intervenção seria “já a seguir”. A este propósito refere que esta intervenção demorou todo este tempo e deverá demorar ainda mais, pois se na Rua Bartolomeu Dias a intervenção está praticamente concluída, nas restantes ruas essa intervenção ainda não foi feita.

b. Urbanização Vale Flores (freguesia de Pinhal Novo):

O Sr. Vereador José Carlos de Sousa refere que já anteriormente se falou na questão relacionada com a necessidade do pagamento de taxas para se poder avançar com a urbanização. Gostava de saber o ponto de situação relativamente a este assunto.

c. Sociedade Filarmónica União Agrícola – SFUA (freguesia de Pinhal Novo):

O Sr. Vereador José Carlos de Sousa refere que a Sociedade Filarmónica União Agrícola comemorou o seu aniversário durante o mês de Dezembro. Aquando da sessão comemorativa o Presidente da colectividade falou das questões relacionadas com o projecto, dizendo que estaria, à data, ainda na Câmara Municipal para aprovação. Só depois da aprovação deste é que a SFUA estaria em condições de se candidatar a alguns fundos para realização da obra. O facto é que os pedidos de financiamento estão pendentes de avançar enquanto o projecto não for aprovado.

Em resposta às questões colocadas no Período Antes da Ordem do Dia intervieram:

O Sr. Vereador José Charneira cumprimenta todos os presentes e deseja um bom ano de 2007. Relativamente a algumas questões colocadas tem a dizer:

• **Rotunda entre Aires e Padre Nabeto (freguesia de Palmela) – O Sr. Vereador José Charneira** refere que o problema está relacionado com as inserções na rotunda e que esta situação deverá ser corrigida. Há relativamente pouco tempo aprovaram-se as obras de urbanização daquele loteamento, o loteamento da Solrica e foi emitido o alvará. Há um prazo para a execução das obras e é isso o que está a acontecer.

É do seu conhecimento que tem havido reuniões entre os técnicos municipais com os técnicos da empresa e que estão a ser feitas correcções no local. A questão não é propriamente a rotunda, o problema está nas inserções e nos raios de inserção dos triângulos. Tudo deverá ser corrigido de modo a que seja possível circular com toda a segurança e conforto.

• **Troço de ligação entre a Rua de Olivença e Rua Gil Eanes (freguesia de Quinta do Anjo)** – O Sr. Vereador José Charneira refere que se trata da execução do passeio na zona, assim como de criar protecção à vala existente. As intervenções são compatíveis. É preferível arranjar agora e depois partir meia dúzia de metros de calçada do que acontecer um acidente e alguém cair na vala.

• **Terreno doado para uma Casa de Repouso (freguesia de Poceirão)** – O Sr. Vereador José Charneira refere não saber, neste momento exacto, o ponto da situação. . Sabe que foi passada uma certidão pela Câmara para poderem tratar do assunto junto da Conservatória do Registo Predial. O terreno em causa foi doado pelo seu proprietário a uma Associação e destina-se a ser uma Casa de Repouso.

Vai saber o ponto de situação do processo para numa próxima reunião dar uma informação mais concisa ao Sr. Vereador José Braz Pinto.

• **Colocação de lombas (freguesia de Pinhal Novo)** – O Sr. Vereador José Charneira refere que a intervenção nas lombas em Pinhal Novo é efectivamente “já a seguir” porque estão a ser sucessivamente intervencionadas. O que falta na maior parte delas é a sinalização horizontal. Os trabalhos estão a decorrer normalmente.

• **Urbanização Vale Flores (freguesia de Pinhal Novo)** – O Sr. Vereador José Charneira refere que no final do ano de 2006 foi paga uma primeira tranche de taxas no valor aproximado de um milhão e meio de euros. Entretanto foi apresentado um pedido de alteração ao loteamento. Ainda hoje se realizou uma reunião entre os técnicos da Câmara Municipal e os técnicos do promotor, de modo a serem apresentadas algumas rectificações que têm de ser feitas. O processo está a evoluir nos trâmites normais.

• **Sociedade Filarmónica União Agrícola – SFUA (freguesia de Pinhal Novo)** – O Sr. Vereador José Charneira refere que o ponto de situação do processo é exactamente o mesmo que era à data do aniversário da SFUA. A responsabilidade não decorre da Câmara Municipal. O Município continua à espera dum parecer da Inspeção das Actividades Culturais. Este parecer é obrigatório e vinculativo sem o qual o processo não pode avançar. A Câmara Municipal enviou ofício àquela entidade, já insistiu por fax e já enviou novo ofício a solicitar o parecer.

O processo já contém os pareceres dos Bombeiros e da área da Saúde, faltando o parecer da Inspeção das Actividades Culturais que é vinculativo e obrigatório, sem este parecer não é possível aprovar o projecto. A única medida que a Câmara pode adoptar é

a de insistir com aquela entidade para que emita o seu parecer, dado que não há lugar a deferimentos tácitos neste âmbito.

A SFUA está ao corrente da situação, uma vez que lhe foi enviado ofício informativo da situação.

A propósito do *processo da SFUA*, o **Sr. Vereador José Braz Pinto** solicita o uso da palavra para formular a seguinte questão:

- Tanto quanto julga saber a Sociedade de Instrução Musical (SIM) em Quinta do Anjo estava em idêntica situação à da Sociedade Filarmónica União Agrícola: aguardava o parecer da Inspeção das Actividades Culturais para realização das suas obras. Questiona sobre se é mesmo assim.

O **Sr. Vereador José Charneira** responde que, relativamente à Sociedade de Instrução Musical, não sabe qual é, de momento, o ponto da situação.

A **Sr.ª Presidente** dá a palavra ao Director de Departamento de Cultura e Desporto para que informe qual é o ponto de situação do processo da SIM, o que foi feito.

• **Lei das Finanças Locais** – A **Sr.ª Presidente** refere que não se regozija pela promulgação da lei por parte do Sr. Presidente da República.

Refere que a Lei das Finanças Locais e suas consequências estão a ser discutidas no âmbito da Associação de Municípios da Região de Setubal. Tem sido interrogada por vários Presidentes de Câmara acerca destas matérias.

Adianta que convidou os Srs. Presidentes de Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal para uma reunião no próximo dia 15 de Janeiro, justamente para abordar, entre outros assuntos, a Lei das Finanças Locais, e o PIDDAC na região que preocupa igualmente, e muito, os Eleitos, da região

• **Situação geográfica da G.N.R. de Palmela (*freguesia de Palmela*)** – a **Sr.ª Presidente** refere que está indiscutivelmente de acordo com a preocupação que os Srs. Vereadores manifestaram acerca da localização do quartel da G.N.R. de Palmela. Tem sido uma questão de sorte não ter ainda ocorrido uma situação dramática relativamente à operacionalidade daquele Comando.

Acrescenta que a Câmara Municipal teve uma reunião muito importante, no final do mês de Dezembro, com o Ministério da Administração Interna. Está em curso a mediação de um processo de negociação com vista à identificação de um terreno em Palmela para a construção do novo quartel da G.N.R.. Está convicta que este projecto vai ser relativamente célere. Espera que possa voltar a falar deste assunto dentro de pouco tempo.

A Câmara de Palmela recebeu a indicação de que se disponibilizasse um terreno poderia vir a ter um quartel da G.N.R.. Mais uma vez a Administração Central coloca a situação nestes termos: a Câmara disponibiliza um terreno e esta entidade avança com a construção. Esta situação provoca um profundo desagrado ao Executivo Municipal, mas também é certo que todos estão interessados em resolver o problema da G.N.R.. Dada a importância e urgência desta obra, a Câmara de Palmela está empenhada e envolvida neste processo. Não pode dar garantias de que seja um processo bem sucedido, mas está confiante que poderá vir a ter algum sucesso.

• **Plataforma logística** – Sobre esta matéria, a **Sr.ª Presidente** esclarece que foi constituído um consórcio para a construção da futura plataforma logística de Poceirão. Este consórcio apresentou-se formalmente à Câmara Municipal. Do consórcio faz parte um Banco (Banco Espírito Santo) e esta entidade é detentora de uma vasta área de terreno localizado em Poceirão e Palmela.

O consórcio juntamente com a Câmara Municipal e a Secretaria de Estado de Transportes está a estudar a localização exacta da referida plataforma logística. Mantém-se o interesse na concretização dos mais de 200 hectares anunciados. Do que conhece do projecto o mesmo deverá acontecer de forma faseada.

Para além da localização exacta da plataforma logística, estão em discussão as vias de acesso à mesma. É impensável acreditar que se vão instalar empresas e armazéns naquela zona do concelho sem o reforço e sem a construção de novas vias de circulação. É necessário defender a não circulação de camiões nos espaços urbanos do concelho.

Está confiante e tem uma expectativa bastante optimista relativamente a este empreendimento. Não vai ser certamente um investimento que se veja a curto prazo, mas é um investimento de grande vulto e de grandes implicações e tem de ser muito discutido entre as partes envolvidas, o investidor, a Secretaria de Estado dos Transportes e a Câmara Municipal. O objectivo da Autarquia é, como já referiu, não ver as vias municipais, já escassas, prejudicadas por um trânsito acrescido. A C.M.P. tudo fará para viabilizar este projecto, ou seja, não irá criar qualquer tipo de obstáculos, mas terá de impor cautelas em algumas questões, nomeadamente no que respeita à circulação junto dos aglomerados urbanos.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ADILO COSTA:

1. Ano Novo:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** deseja que o ano de 2007 seja melhor que o ano transacto.

2. Lei das Finanças Locais:

O Sr. Vereador Adilo Costa refere que se vive num Estado de Direito e como tal o Município acata a decisão do Tribunal Constitucional. Isto não significa que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, através dos seus órgãos directivos não se tenha pronunciado dizendo que esta lei é uma má lei. Também os partidos políticos que estão no Poder Local dizem que esta lei não serve, e enviaram para uma Comissão em Bruxelas a lei, a perguntar se com esta lei está ferida a autonomia do Poder Local. Aguarda-se a posição de Bruxelas sobre esta matéria. Entretanto os Municípios terão de se adaptar à Lei das Finanças Locais.

Informações prestadas pelo Sr. Vereador Adilo Costa:

a. Remodelação de instalações para a Assembleia Municipal, Gabinete de Vereadores e Divisão de Desporto:

O Sr. Vereador Adilo Costa informa que terminou a obra de remodelação das instalações para a Assembleia Municipal, Gabinete de Vereadores e Divisão de Desporto.

b. Remodelação dos balneários nos Armazéns Gerais:

O Sr. Vereador Adilo Costa informa que se iniciaram as obras de remodelação dos balneários nos Armazéns Gerais.

c. Remodelação das instalações da Divisão de Apoio aos Órgãos Municipais:

O Sr. Vereador Adilo Costa informa que vai iniciar-se esta semana a obra de remodelação das instalações da Divisão de Apoio aos Órgãos Municipais.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ CHARNEIRA:

Informação prestada pelo Sr. Vereador José Charneira:

Semaforização do Caminho Municipal 1029:

O Sr. Vereador José Charneira informa que foi concluída a semaforização do Caminho Municipal 1029 e os semáforos deverão ser ligados brevemente.

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. VEREADOR JOSÉ CHARNEIRA, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

1. No âmbito das Divisões de Loteamentos e Obras Particulares:

A Câmara tomou conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respectivos e que fica anexa a esta acta como

documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Vereador José Charneira, no período de 13.12.2006 a 05.01.2007.

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. VEREADOR JOSÉ CHARNEIRA, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

2. No âmbito da Divisão de Gestão do Pinhal Novo:

A Câmara tomou conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respectivos e que fica anexa a esta acta como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Vereador José Charneira, no período de 21.11.2006 a 05.01.2007.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

A Sr.ª **Presidente** deu conhecimento à Câmara dos pagamentos autorizados, no período compreendido entre os dias 02.01.2007 e 09.01.2007, no valor de € 106.596,02 (cento e seis mil quinhentos e noventa e seis euros e dois cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta acta como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

A Sr.ª **Presidente** informou que o balancete, nesta data, apresenta um saldo de € 2.632.589,45 (dois milhões seiscentos e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – € 1.359.791,04 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil setecentos e noventa e um euros e quatro cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – € 1.272.798,41 (um milhão duzentos e setenta e dois mil setecentos e noventa e oito euros e quarenta e um cêntimos).

ORDEM DO DIA

I – APROVAÇÃO DE ACTAS

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18.09, e bem assim do que se dispõe o n.º 2 e n.º 4, do artigo 27.º, do Decreto-

Lei n.º 442/91, de 15.11, na redacção do Decreto-Lei 6/96, de 31.01 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação das seguintes actas, sendo as mesmas assinadas pela Exm.ª Senhora Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, **por unanimidade**, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- **ACTA n.º 23/2006**, reunião ordinária de 22.Novembro.2006 – **aprovada por unanimidade**;
- **ACTA n.º 24/2006**, reunião ordinária de 06.Dezembro.2006 – **aprovada por unanimidade**.

A pedido do Sr. Vereador José Braz Pinto e atendendo a que não houve tempo para apreciar a **ACTA n.º 25/2006**, da reunião ordinária de 11.Dezembro.2006, **foi a mesma retirada, por unanimidade**, para ser votada na próxima reunião de Câmara.

II – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL:

Pela **Sr.ª Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

Protocolo de Cooperação e Parceria:

PROPOSTA N.º 1/DEIS-DIS/01-2007:

A CELEBRAR COM: Centro de Saúde de Palmela e Associação de Bombeiros Voluntários de Palmela:

ASSUNTO: Projecto de Rastreios de Saúde:

«O quadro jurídico-legal das competências das autarquias locais, no domínio da saúde, não prevê a intervenção directa dos Municípios na prestação de cuidados de saúde.

No entanto e considerando:

- as carências existentes em matéria de acesso aos cuidados primários de saúde no concelho de Palmela – 18.780 utentes sem médico de família, segundo dados de 2006 do Centro de Saúde de Palmela (32,93% dos utentes inscritos);
- as características urbano-periféricas e de ruralidade do concelho, que afectam igualmente a acessibilidade aos cuidados de saúde, situação que se faz sentir com maior acuidade nas zonas mais distantes dos centros urbanos, habitadas por uma população

maioritariamente envelhecida, com um índice crescente de dependência, quer em termos económicos, quer em termos de mobilidade;

- a importância de privilegiar, na intervenção a levar a cabo, uma estratégia de prevenção em saúde, que permita aumentar os ganhos em saúde, proporcionando uma melhor resposta à população;

O Pelouro da Saúde da Câmara Municipal, ao pretender agir para promover a saúde e o bem-estar da população do concelho, elaborou um projecto de rastreios de saúde, a implementar nas localidades das freguesias rurais do concelho, com periodicidade regular.

Entende-se que esta medida visa uma melhor resposta à população, garantida pela proximidade da prestação de cuidados de saúde primários.

A participação do Centro de Saúde de Palmela constitui o garante de uma intervenção qualificada no Projecto em questão, ao disponibilizar os recursos técnicos de suporte aos rastreios.

Atendendo a que a implementação de um Projecto desta natureza, que implica um esforço logístico considerável, será tanto mais abrangente e eficaz quanto a parceria integrada pelas entidades participantes, considera-se oportuna a celebração de um Protocolo de Colaboração que defina a articulação necessária entre a Câmara Municipal, o Centro de Saúde e a Associação de Bombeiros Voluntários de Palmela.

Face ao exposto, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 4, do art.º 64.º e 67.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5–A/02, de 11 de Janeiro, e em conformidade com o preceituado nos artigos 13.º, n.º 1, alínea g) e 22.º, da Lei 159/99, de 14 de Setembro, a aprovação da proposta de minuta de Protocolo, em anexo, que faz parte integrante desta proposta, a celebrar entre a Câmara Municipal de Palmela, o Centro de Saúde de Palmela e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Palmela.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

Pelo Sr. Vereador Adilo Costa foi apresentada a seguinte proposta:

Imputação das despesas com Pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal para 2007:

PROPOSTA N.º 1/DAGF/01-2007:

«Considerando que:

1. As despesas com pessoal do quadro próprio ou outro da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) relevam para o limite estabelecido na lei para as despesas com o pessoal do quadro dos municípios associados (art.º 10.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril e art.º 33.º, n.º 1, da Lei 11/2003, de 13 de Maio);

2. Compete à Assembleia Intermunicipal da AMRS deliberar sobre a forma de imputação das despesas com pessoal aos municípios associados, decisão que carece de acordo prévio e unânime das Assembleias Municipais dos municípios em causa (art.º 33.º, n.º 2, da Lei 11/2003, de 13 de Maio e art.º 8º, n.º 1, alínea j), dos Estatutos da AMRS);

3. O Conselho Directivo da AMRS, em reunião realizada em 13 de Novembro de 2006, aprovou um projecto de imputação de despesas com o pessoal, para submissão à aprovação de todos os municípios associados e posterior deliberação da Assembleia Intermunicipal;

Propõe-se:

- em conformidade com o disposto no art.º 33.º, n.ºs. 2, da Lei 11/2003, de 13 de Maio, e no art.º 53.º, n.º 2, alínea m), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara Municipal delibere subscrever, para submissão à aprovação da Assembleia Municipal, o projecto de imputação de despesas com pessoal do quadro próprio e outros da Associação de Municípios da Região de Setúbal, ao Município de Palmela, nos termos e pelos fundamentos constantes da deliberação aprovada pelo Conselho Directivo da AMRS, que se junta em anexo passando a fazer parte integrante da presente proposta.

Anexos:

- Cópia da deliberação aprovada em 13 de Novembro de 2006 pelo Conselho Directivo da AMRS.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE FINANÇAS:

Pelo Sr. Vereador Adilo Costa foi apresentada a seguinte proposta:

Fundos de Maneio – 2007:

PROPOSTA N.º 1/DAGF-DF/01-2007:

«De acordo com o estabelecido no ponto 2.3.4.3 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, 315/00, de 2 de Dezembro e 84-A/02, de 22 de Fevereiro, “em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneo, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

Tratando-se de uma mera transferência das disponibilidades à guarda do tesoureiro para a guarda de um determinado titular, **propõe-se** a constituição dos seguintes fundos de maneo:

Actividade: Presidência

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Maria Manuel Borrego	01.02.01	02.01.21	-	Outros bens	100 €	1.000 €
	01.02.01	02.02.13	-	Deslocações e estadas	75 €	375 €
	01.02.01	02.02.25	-	Outros serviços	150 €	1.500 €
<i>TOTAL</i>					325 €	2.875 €

Actividade: Apoio Órgãos Municipais

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dra. Patricia Soares	11	02.01.21	-	Outros bens	100 €	1.000 €
	11	02.02.13	-	Deslocações e estadas	75 €	750 €
	11	02.02.25	-	Outros serviços	150 €	1.800 €
<i>TOTAL</i>					325 €	3.550 €

Actividade: DAGF

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dr. José Monteiro	02.01	02.01.21	-	Outros bens	75 €	375 €
	02.01	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	375 €
	02.03	02.02.09	-	Comunicações	100 €	1.000 €
<i>TOTAL</i>					250 €	1.750 €

Actividade: DAJ

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dr. Rui Ferreira	02.02	02.02.25	-	Outros serviços	750 €	7.500 €
<i>TOTAL</i>					750 €	7.500 €

Actividade: DRH

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dr. Agostinho Gomes	03.02	02.02.17	2007-A-15	Publicidade	1.000 €	5.000 €
	03.03	02.02.22	2007-A-68	Serviços de Saúde	150 €	900 €
<i>TOTAL</i>					1.150 €	5.900 €

Actividade: DP

Responsável	Orgânica	Económica	Acção Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Arq. João Carlos	04.02	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	375 €
<i>TOTAL</i>					75 €	375 €

Actividade: DGU

Responsável	Orgânica	Económica	Acção Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Arq. Jorge Martinho	05.01	02.01.21	-	Outros bens	75 €	450 €
	05.01	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	375 €
<i>TOTAL</i>					150 €	825 €

Actividade: DAI

Responsável	Orgânica	Económica	Acção Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Eng. João Carlos Faim	06.02	02.01.17	-	Ferramentas e utensílios	50 €	300 €
	06.02	02.02.03	-	Conservação de bens	50 €	250 €
	06.03	02.01.14	-	Outro material - peças	75 €	375 €
	06.03	02.01.21	-	Outros bens	50 €	300 €
	06.03	02.02.25	-	Outros serviços	50 €	250 €
<i>TOTAL</i>					275 €	1.475 €

Actividade: DOAP

Responsável	Orgânica	Económica	Acção Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Eng. Inês Sarmento	07.03	02.01.21	-	Outros bens	75 €	375 €
	07.03	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
<i>TOTAL</i>					150 €	675 €

Actividade: DCD

Responsável	Orgânica	Económica	Acção Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dr. Luís Guerreiro	08.02	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
	08.02	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
	08.03	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
	08.04	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
	08.05	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
	08.05	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
<i>TOTAL</i>					350 €	1.600 €

Actividade: DEIS

Responsável	Orgânica	Económica	Acção Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dra. Fernanda Rolo	09.02	02.02.25	-	Outros serviços	50 €	250 €
	09.03	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
<i>TOTAL</i>					100 €	500 €

Actividade: DDET

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dra. Isabel	10.02	02.02.25	-	Outros serviços	50 €	250 €
Conceição	10.03	02.02.25	-	Outros serviços	50 €	200 €
<i>TOTAL</i>					100 €	450 €

Actividade: DIC

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dra. Cláudia Novais	12	02.01.21	-	Outros bens	50 €	200 €
<i>TOTAL</i>					50 €	200 €

Actividade: DOSI

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total Cabimentado
Dra. Teresa Palaio	13	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
	13	02.02.25	-	Outros serviços	50 €	200 €
<i>TOTAL</i>					100 €	450 €

Na discussão da proposta *Fundos de Maneio – 2007* intervieram:

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** refere que na apresentação dos fundos de maneiio surge o nome do responsável pelo fundo, a unidade orgânica em que está integrado, a designação económica, a descrição, o montante do fundo e o total cabimentado. Questiona sobre o que deve ser entendido por total cabimentado. Como exemplo, questiona se o valor do montante do fundo pode ser até perfazer o total cabimentado, ao que a **Sr.ª Presidente** respondeu afirmativamente.

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** refere que nestes termos se verifica o seguinte relativamente a 2006: na *Presidência* há uma redução de 1.025 euros, no *Apoio aos Órgãos Municipais* há uma redução de 350 euros, no *Departamento de Administração Geral e Finanças* há uma redução de 1.225 euros e por aí adiante até que o total da redução atinge o montante de 8.250 euros. Questiona sobre se a redução destas verbas pode ser indiciador de alguma poupança que se preveja fazer.

Na análise que efectuou, constata ainda, que o *Departamento de Cultura e Desporto* é a única unidade orgânica que sofre um aumento, aumento esse de 150 euros. Todas as demais unidades orgânicas vêm reduzido o valor das verbas que lhes são adstritas.

No ano passado foram apresentados à Câmara Municipal duas propostas para a constituição dos fundos de maneiio. Assim, na primeira proposta não foram contempladas algumas unidades orgânicas e, posteriormente, foi aprovada outra proposta a contemplar mais unidades orgânicas. Como na proposta em apreço não está contemplada nenhuma verba para a *Divisão de Rede Viária*, para a *Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos*, para o *Departamento de Desenvolvimento Económico e Turismo*, nem para o *Gabinete de*

Pinhal Novo, a pergunta que faz é se virá a uma próxima reunião a constituição de mais fundos de maneiio para outras unidades orgânicas que agora não são contempladas.

Levanta-se também a questão sobre se, aquando da aprovação da nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, não terá de ser apresentada a constituição de novos fundos de maneiio.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** explicita que a *Divisão de Rede Viária*, a *Divisão de Águas de Abastecimento e Residuais* e a *Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos* estão consubstanciadas no *Departamento de Ambiente e Infra-estruturas*.

A solicitação do **Sr. Vereador Adilo Costa** intervém o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças para explicitar o que tiver por conveniente para melhor elucidação da proposta, o que este fez.

O **Sr. Vereador José Braz Pinto** deseja que de facto os fundos de maneiio agora constituídos possam vir a reverter numa poupança relativamente ao ano anterior.

A **Sr.ª Presidente** refere que este ano há menos dinheiro para gastar, logo os fundos afectos têm de ser menores. Globalmente as dotações das várias áreas são mais pequenas. Os fundos de maneiio são constituídos para resolver de forma célere questões do quotidiano.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa.

Os Srs. Vereadores do P.S. apresentam declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES JOSÉ BRAZ PINTO E JOSÉ CARLOS DE SOUSA:

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se porque não participando na gestão camarária, não têm possibilidade de analisar as necessidades de cada unidade orgânica nem a justeza dos seus gastos.”

PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Hélio Henrique – AUGI do Pinheiro Ramudo:

Tem procuração de um proprietário de um dos lotes de terreno da AUGI do Pinheiro Ramudo e pretende saber se da parte da Câmara Municipal já está algum loteamento aprovado, e em caso afirmativo se vai ser publicado em Diário da República

A **Sr.ª Presidente** refere que o processo das AUGI's e nomeadamente da AUGI do Pinheiro Ramudo é conduzido pelo Departamento de Planeamento. Não sabe dizer de momento qual é o ponto de situação do processo.

O **Sr. Hélio Henrique** refere que foi informado por parte do Dr. Mário Pereira, pessoa que está à frente da AUGI que o loteamento já teria sido aprovado pela Câmara Municipal, e pretendia saber se tal corresponde à realidade.

A **Sr.ª Presidente** sugere ao Sr. Hélio Henrique que deixe o seu contacto para poder receber uma resposta rigorosa relativamente a este processo da AUGI.

Explicita que primeiramente tem de haver uma aprovação dos serviços camarários e só depois dessa aprovação é que o processo é sujeito a deliberação da Câmara Municipal.

IV – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e trinta minutos, a **sr.ª. Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *Luísa Cristina Frutuoso Lopes*, assistente administrativa especialista, redigi e também assino.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

A secretária

Luísa Cristina Frutuoso Lopes